

PRIMEIRA LINHA

[CHOQUE PETROLÍFERO]

Governo próximo

Indexação dos combustíveis ao frete, redução do imposto de camionagem, a obrigação dos clientes pagarem a 30 dias e de só então as transportadoras terem que pagar o IVA são as medidas que o Governo já acedeu oferecer, mas a paralisação está descontrolada.

Filipe Paiva Cardoso, Celso Filipe e Alexandra Machado

A indexação automática do preço do transporte ao preço do combustível, com efeitos retroactivos a Janeiro, a obrigatoriedade legal dos clientes pagarem às transportadores no prazo máximo de 30 dias, a alteração da forma de pagamento do IVA – só quando receberem do cliente – e a redução em 10% do imposto de camionagem são as medidas já acordadas entre Governo e Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Mercadorias (Antram), como forma de amenizar o impacto do aumento do combustível no sector. “Isto já é satisfatório”, comentou Jorge Lemos, um dos líderes do movimento dos camionistas, ao Jornal de Negócios.

“Temos dado passos firmes e concretos nos vários ‘dossiers’ e esperamos fechar a negociação até ao final da semana”, apontou António Mousinho, presidente da Antram, no final da reunião com Mário Lino na segunda-feira. Hoje haverá outra e, se necessário, amanhã mais outra. Além do já acordado, hoje estarão em cima da mesa os incentivos à renovação e abate de frota, os problemas do sector com as ajudas de custo – que passaram a pagar segurança social em 2007 – e a redução do preço das portagens para os camionistas.

Nesta última medida o ministério de Mário Lino envolveu a Brisa, Aenor e Lusoponte no debate, mas para já não existe fumo branco. Segundo o JdN apurou, o Governo pretende que sejam as concessionárias a subsidiar o desconto de 30% mas estas não aceitam a solução. Esta informação, contudo, não é comentada pelas concessionárias. “O Governo quis partilhar connosco a situação e colaborámos na análise da situação com as outras concessionárias”, limitou-se a dizer fonte oficial da Bri-

sa. A subsidiação das portagens aos camionistas foi introduzida por António Guterres e cancelada em 2006 por José Sócrates. Durante esse período, o diferencial entre o preço real das portagens e o desconto era pago às concessionárias pelo Estado mas agora o Governo quer o subsídio mas não o pretende assumir. Por exemplo, um camião (classe 4) num trajecto pela A1 de Grijó a Vila Franca de Xira paga 46,60 euros, com a redução de 30% pagaria 32,62 euros.

Certo é que o Governo não vai satisfazer a pretensão dos camionistas de terem acesso ao gasóleo profissional, uma medida que segundo os mesmos, embarateceria o combustível entre 4% e 6%. Esta decisão, sabe o JdN, resulta do facto do Governo considerar que esta medida não iria favorecer a sustentabilidade do transporte rodoviário de mercadorias. O ministério terá concluído que a medida custaria ao Estado 37 milhões de euros e que a medida acabaria por não produzir os efeitos desejados, além de ser rapidamente diluída por futuros aumentos no preço do combustível. Opinião partilhada com Jorge Lemos que considera a indexação do preço do transporte ao combustível “muito melhor que o gasóleo profissional”.

Combustíveis em risco

O abastecimento dos postos de combustível está em risco. A situação foi confirmada por fonte da Galp, segundo a qual existe um perigo real de “ruptura dos stocks” nas estações de serviço. “À medida que o tempo passa o risco aumenta” sublinhou, acrescentando que a “a situação é complicada” por exemplo em Aveiras. Também a BP alertou para o facto de alguns dos seus postos em Lisboa estarem sem combustível. (ver pg. 40)



O QUE JÁ FOI ACORDADO...

- ➔ **Indexação do frete ao preço do combustível**
Se os combustíveis subirem mais que 5% o preço do transporte sobe em igual percentagem. A medida, que existe em França, tem efeito retroactivo a Janeiro, ou seja, um transporte que custava mil euros passa a custar 1.200 euros.
- ➔ **Redução do imposto de camionagem**
O Governo e a Antram acordaram uma redução de 10% no imposto de camionagem.
- ➔ **Clientes têm que pagar a 30 dias**
A obrigatoriedade dos clientes das transportadoras pagarem a 30 dias, contra a média actual de 100 dias, é outra medida.
- ➔ **IVA só quando clientes pagarem**
As transportadoras rodoviárias só terão que entregar o IVA ao Estado quando receberem dos seus clientes, ao contrário que acontecia até agora, com as empresas a adiantar o pagamento.

... E O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO

- ➔ **Desconto de 30% nas portagens**
Medida criada por Guterres e revogada por Sócrates. Em 2000 o Governo subsidiava o desconto, agora o Executivo quer que sejam as concessionárias a fazê-lo. Com o desconto uma portagem de 46,6 euros passa para 32,6 euros.
- ➔ **Incentivo ao abate e renovação da frota**
O excesso de camiões e de transportadores em Portugal é algo assumido pelos próprios empresários do sector, que apontam o excesso de oferta como justificação para os preços baixos que são obrigados a praticar.
- ➔ **Ajudas de custo**
Uma das grandes batalhas da Antram. José Sócrates decidiu que as ajudas de custo pagas aos motoristas deviam pagar segurança social, as empresas discordam e não estão a pagar.